

**O MODELO INTERACIONAL,
VERSÃO 2024¹****LE MODÈLE INTERACTIONNEL, VERSION 2024****THE INTERACTIONAL MODEL, VERSION 2024****DOI 10.70860/ufnt.entreletras.e20002****Eric Landowski²**

Resumo: Em 2021, o artigo “Complexifications interactionnelles” reunia um conjunto de precisões e complementos ao modelo dos regimes de sentido e interação cuja formulação *standard* foi publicada em 2005 em *Interações arriscadas*. Depois dessa apresentação, as coisas ainda evoluíram. A partir disso foi elaborada uma nova avaliação, que inclui os avanços mais recentes.

Palavras-chave: disponibilidade, distintividade, sem sentido, insignificância, previsibilidade, regime de sentido, regime de interação, submissão/insubmissão.

Résumé: Fin 2021, l’article « Complexifications interactionnelles » rassemblait un certain nombre de précisions et de compléments apportés au modèle syntaxique des régimes de sens et d’interaction dont la formulation standard est parue en 2005 dans *Les interactions risquées*. Depuis cette mise au point, les choses ont encore évolué. D’où, ici, une nouvelle clarification tenant compte des avancées les plus récentes.

Mots clefs: disponibilité, distinctivité, insensé, insignifiance, prévisibilité, régime de sens, régime d’interaction, soumission / insoumission.

Abstract: In 2021, the article “Complexifications interactionnelles” presented a number of clarifications concerning the syntactic model of the regimes of meaning and interaction initially published in *Les interactions risquées* (2005). Since then, things have still developed. Hence the present overview, which includes the latest advances.

Keywords: availability, distinctiveness, senselessness, insignificance, predictability, regime of meaning, regime of interaction, submission/insubordination.

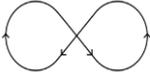
Em 2021, na revista *Acta Semiotica*, o artigo intitulado “Complexifications interactionnelles” reunia um certo número de precisões, de reformulações e de complementos

¹ Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva e Eric Landowski.

² Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris; Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS) – PUC/SP. E-mail: eric.landowski@sciencespo.fr Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-9444-8986>

que, por ocasião de publicações esparsas, tinham anteriormente aprimorado o modelo interacional esboçado em 2004 em *Passions sans nom* e cuja formulação, se se pode dizer *standard*, foi publicada em 2005, em *Les interactions risquées*³. Mas desde 2021, em grande parte graças aos trabalhos da equipe de pesquisadores agrupados em torno da *Acta Semiotica*, as coisas ainda evoluíram. Reduzido ao essencial, o modelo pode agora ser apresentado conforme o esquema seguinte:

<i>REGIMES DE INTERAÇÃO:</i> <i>Princípios de interação:</i>	PROGRAMAÇÃO a regularidade	ACIDENTE a aleatoriedade
<i>REGIMES DE SENTIDO:</i> <i>Princípios de significância:</i>	O INSIGNIFICANTE a previsibilidade	O SEM SENTIDO a imprevisibilidade
<i>Lógicas do agir:</i>	lógica da operação	lógica da submissão (e da insubmissão)



<i>REGIMES DE INTERAÇÃO:</i> <i>Princípios de interação:</i>	MANIPULAÇÃO a intencionalidade	AJUSTAMENTO a disponibilidade
<i>REGIMES DE SENTIDO:</i> <i>Princípios de significância:</i>	“TER UMA SIGNIFICAÇÃO” a distintividade	“FAZER SENTIDO” a sensibilidade
<i>Lógicas do agir:</i>	lógica da junção	lógica da união

Embora esse diagrama retome pelo essencial as distinções básicas da versão inicial entre os regimes de sentido, os regimes de interação e os princípios que os fundamentam, introduz várias noções novas: as de *previsibilidade* e *imprevisibilidade*, de *disponibilidade* (oposta à intencionalidade) e *distintividade* (oposta à sensibilidade), assim como de *operação* e *submissão* (complementares da junção e da união). Em que sentido esses acréscimos eram necessários? É o que vamos mostrar, explicitando a significação desses termos e suas relações com o dispositivo anteriormente estabelecido.

1. Regimes de interação e regimes de sentido

³ *Passions sans nom*, Paris, P.U.F., 2004. *Les interactions risquées*, Limoges, Pulim, 2005; trad. port. *Interações arriscadas*, São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2014. “Complexifications interactionnelles”, *Acta Semiotica*, I, 2, 2021.

A maioria dos problemas que surgiram e levaram a essas complexificações nasceram do fato de que não insistimos suficientemente desde o início sobre um aspecto essencial de toda essa construção: os “regimes interacionais”, como os chamamos abreviadamente, não são unicamente regimes de interação. Cada um deles comporta duas faces. A primeira face apresenta as características de cada regime enquanto regime *de interação* propriamente dita, e a segunda enquanto regime *de sentido*, ou de “significância”, como se deveria dizer com todo rigor (para não empregar a mesma palavra “sentido” em dois níveis, dando-lhe duas acepções diferentes⁴). Em uma etapa posterior à redação de *Interações arriscadas*, completamos, pois, o modelo fazendo aparecer nele a dualidade dos princípios que fundam cada um dos quatro regimes conforme sejam vistos, quer sob o ângulo da interação – isto é, como diferentes maneiras de conceber o que põe o mundo em movimento (aqui o acaso, lá constantes imutáveis, alhures grandes ou pequenos desenhos, alhures ainda harmoniosas coordenações) –, quer sob o ângulo da significância, ou seja, como outras tantas maneiras de construir o sentido (ou o não-sentido) do mundo e da vida.

1.1. A manipulação: intencionalidade e distintividade

Começamos pelo dispositivo cuja definição original nos leva ao mais distante no passado e do qual tudo pouco a pouco se originou: a sintaxe da manipulação. Foi ao perceber o que ela comporta, antropológicamente, de singular e de contingente e, conseqüentemente, ao pôr em questão seus pressupostos ideológicos, que fomos levados a apreender os princípios de três outras sintaxes interactanciais fundamentalmente diferentes, constitutivas de tantos outros regimes semióticos até então ignorados. Isso nos levou a reconhecer a sintaxe da manipulação, cujo estatuto epistemológico permanecia incerto, pelo que é, a saber, um regime de sentido e de interação entre outros, incluído num modelo unificado que os interdefine.

Enquanto regime de *interação*, a manipulação, tal como definida pela gramática narrativa *standard*⁵, é fundada no princípio de *intencionalidade*. Manteremos essa definição. Sob esse regime, o que faz agir, e interagir, é efetivamente uma “intenção”, um querer ou um

⁴ Salvo nos textos de Emile Benveniste, a palavra “significância” é frequentemente obscura e soa muito pedante. Mas ela nos é útil para substituir a palavra “sentido” como terceiro termo suscetível de subsumir a distinção entre as noções de “significação” e de “sentido”. Por convenção terminológica, denominamos *significação* a forma da significância associada ao regime da manipulação, e *sentido* a forma de significância associada ao regime do ajustamento. Assim também, ver-se-á mais adiante, o *insignificante* é o nome que damos à forma (negativa) da significância que corresponde ao regime da programação, e o *insensato* o nome que designa a forma (igualmente negativa) da significância própria ao regime do acidente.

⁵ Cf. A.J. Greimas e J. Courtés, *Dicionário de semiótica*, São Paulo, Cultrix, 1983; reed. São Paulo, Contexto, 2008.

desejar, um desenho, um projeto, uma espera ou uma esperança direcionada à obtenção de alguns “objetos de valor”. Por mais diferentes que sejam, as estratégias de persuasão características desse regime requerem sujeitos essencialmente racionais e calculadores, que aceitem situar-se no quadro de sistemas de trocas contratuais ou quase-contratuais. Enquanto a bajulação e o desafio jogam com a autoestima (ou a vaidade), a tentação e a intimidação dependem da ganância ou do desejo de não abrir mão desnecessariamente de nada do que se possui. Uma tal preocupação com valores a ganhar ou a perder (sejam estes de ordem simbólica, modal ou pragmática) supõe que ambos interactantes estejam guiados antes de tudo pelo que consideram como seu “interesse” de um ponto de vista comandado em última instância pelo desejo de posse. A esse respeito, lembremos dessa afirmação peremptória e, a nosso ver, puramente ideológica de Greimas: “O essencial para o homem é a busca e a manipulação dos valores (sua apropriação, sua atribuição etc.)”⁶.

Mas para que o que quer que seja possa ser assim focalizado, valorizado e, finalmente, cobiçado, é necessário, além da competência “volitiva”, e mesmo antes dela, uma competência de ordem cognitiva que permita *distinguir* as coisas umas das outras, atribuir-lhes uma significação definida e portar sobre elas julgamentos de valor diferenciados. É por essa razão que a definição desse primeiro regime devia ser desdobrada: como regime de interação, a manipulação é fundada no princípio da intencionalidade; mas, ao mesmo tempo, ela constitui também um regime *de sentido* (ou de significância) que é fundado num outro princípio, o princípio de *distintividade*. Para que um sujeito “manipule” um outro, é necessário que certas coisas lhes pareçam, a um e a outro, como intercambiáveis, o que supõe que, para ambos, elas “queiram dizer” e “valham” algo bastante preciso. De modo mais geral, isso pressupõe que o mundo seja visto como se articulando em elementos diferenciados por traços distintivos que permitam o equivalente de uma leitura. A focalização intencional sobre valores intercambiáveis pressupõe, em outras palavras, a capacidade de recortar o real em partes distintas, o que constitui uma maneira específica de ver e de compreender – de fazer significar – o mundo.

O fato de que esse modo de apreensão seja essencial e, até mesmo, partilhado em algum grau por todo ser vivente dotado de uma competência cognitiva minimal não faz dele o único possível. Vamos imediatamente constatá-lo: a “sensibilidade” (requerida pela sintaxe do ajustamento) constitui, com relação à “distintividade” (pressuposta pelo regime de manipulação), um princípio de significância alternativo de igual importância.

⁶ A.J. Greimas, “La soupe au pistou ou la construction d’un objet de valeur”, *Actes Sémiotiques-Documents*, I, 5, 1979 ; reed. in *Du sens II*, Paris, Seuil, 1983, p. 168.

1.2. O ajustamento: sensibilidade e disponibilidade

Num primeiro momento definimos o ajustamento como um regime fundamentado, ele também, sobre um único princípio, o princípio de *sensibilidade*⁷. Lá ainda, era uma definição insuficiente. Nós a retificamos, desdobrando-a.

1. Se esse regime permanece fundado num princípio de sensibilidade, é enquanto, e somente enquanto regime *de sentido*: para os sujeitos do ajustamento, é, sim, por meio de uma apreensão de ordem sensível, de caráter global e sintético (e não mediante um processo cognitivo e analítico de “leitura”) que as coisas fazem sentido de um modo “imediate”, isto é, não mediatizado por processos de decifração. Ao passo que a manipulação, enquanto regime de significância, tem como condição de possibilidade a distintividade entendida como a capacidade de identificar diferenças pertinentes, portadoras de significação, o ajustamento é um regime que supõe uma sensibilidade apta a apreender diretamente o sentido que emana das qualidades sensíveis, “estésicas”, imanentes aos seres ou às coisas (embora uma tal apreensão sensorial permaneça evidentemente dependente de condicionamentos de ordem cultural).

Isso implica uma maneira totalmente diferente de apreender o mundo. Imaginemos, na estrada, em uma quente noite de verão, um semáforo no vermelho. A maioria dos automobilistas, adeptos do princípio da distintividade, verão ali um sinal perfeitamente legível, pararão e esperarão a passagem ao verde para engrenar novamente. Mas não se exclui que um condutor de espírito mais “artístico” ou um pouco distraído, aberto ao imprevisto e cuja atenção não estaria inteiramente focalizada na sinalização da estrada, veja ali nada mais que uma magnífica aliança de cores – o vermelho brilhante dessa luz elétrica contra o fundo avermelhado do sol poente. Comovido pela beleza da cena a ponto de aspirar reunir-se com ela (o que é uma das formas do ajustamento) mais que atento à significação e ao valor deôntico convencional desse semáforo no vermelho, ei-lo que segue tranquilamente seu caminho sem parar... sob o risco de algum acidente (como deve ser em todo processo de ajustamento). Como se pode ver, distinguir uma cor de outra e decifrar a sua significação socialmente fixada (a “decodificar”, diriam os semiólogos “culturalistas” anglo-saxões⁸) ou apreender o mesmo jogo de cores como uma totalidade e uma presença que faz esteticamente ou esteticamente sentido, são duas maneiras opostas de ser no mundo.

2. E quanto ao ajustamento como regime de *interação*? De que princípio interacional

⁷ *Interações arriscadas*, op. cit., p. 51-55.

⁸ Cf. J.-P. Petitibert, “Commercial Semiotics: the structuralist (vs culturalist) perspective”, *Acta Semiotica*, IV, 7, 2024 ; id., “Brand identity in the digital age”, em particular §2 e nota 8, *ibid.*

ele procede? Ao passo que é admitido há muito que sob o regime da manipulação os sujeitos ajam em função de uma intencionalidade pressuposta que os motiva e os direciona para objetivos precisos, o princípio de interação oposto, o que subjaz ao regime do ajustamento, foi explicitamente reconhecido e denominado apenas mais recentemente: é o princípio de *disponibilidade*⁹.

Esse termo traduz a ideia de que, para entrar em uma relação de ajustamento, é necessário que os interactantes não sejam inteiramente guiados por perspectivas pontuais predeterminadas. Se, ao contrário, eles tiverem intenções preestabelecidas independentemente de cada lado, duas possibilidades serão previsíveis. Ou se agirá de perspectivas divergentes e, na melhor das hipóteses, seguirão cada qual seu caminho sem estabelecer qualquer relação, ou, no pior dos casos, entrarão em conflito. Ou, supondo que suas perspectivas respectivas nem os impeçam de entrar em relação por elas serem demasiadamente afastadas, nem entrem em conflito, para que não continuem em uma banal relação de coexistência indiferente e polida mas empreendam ativamente uma relação de interação cooperativa, ainda seria necessário que alguma convergência de interesses o justifique. Será necessário que cada qual encontre nas perspectivas do outro um aspecto de que possa tirar partido ou proveito num qualquer plano (econômico, informacional, social ou afetivo, por exemplo). Em outras palavras, supor-se-ia que cada um descubra no outro um parceiro potencial que possa lhe “servir para alguma coisa” – o que, mais ordinariamente, querará dizer, com quem teria algo a trocar, alguma coisa a ganhar. Assim retornaríamos a um caso de complementaridade entre intencionalidades, a uma problemática do contrato – em uma palavra, à manipulação.

No ajustamento, a relação com o outro (e com o mundo em geral) é profundamente diferente. O outro vale por si mesmo, como finalidade e não como meio¹⁰. Ora, isso não pode se traduzir na interação senão sob a condição de que os parceiros não tenham um padrão de expectativas preestabelecido. Supõe que, ao contrário, eles sejam sem intenção precisa, sem projeto cada um face ao outro, um pouco como um sábio é “sem ideias”¹¹. É necessário que ambos tenham, senão como única preocupação, ao menos como primeira motivação a busca de uma realização¹² mútua cuja forma não pode ser determinada de antemão: cada qual deve ser tão aberto quanto possível ao outro e “disponível” para responder à oportunidade que se

⁹ Cf., por exemplo, E. Landowski, “Populisme et esthésie”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018, p. 12-13.

¹⁰ Cf. *Passions sans nom*, op. cit., cap. 7, “Saveur de l’autre”.

¹¹ Fr. Jullien, *Un sage est sans idées. Ou l’autre de la philosophie*, Paris, Seuil, 1998.

¹² “Realização” não no sentido da gramática narrativa *standard* (ou seja, oposto à “virtualização”) mas referindo à ideia de “desabrochamento” (*accomplissement*) das potencialidades do sujeito. (NdT).

apresenta, ajustando-se a ela. Talvez a melhor caracterização que se possa dar desse regime seja a que dão Cristina Addis e Davide Sparti: “a prática de um tornar-se outro a dois”¹³. Em termos mais técnicos, é necessário que os interactantes privilegiem a lógica da “união”, por oposição à da “junção”¹⁴.

É claro que faltam nuances na descrição dos dois modos de relações intersubjetivas que acabamos de opor: aqui se trata apenas de formas “ideais”, “*standard*” ou “canônicas”, e por isso mesmo um pouco caricaturais, que correspondem a duas posições extremas do modelo. Os atores empiricamente observáveis não apresentarão, senão raramente, traços tão categóricos. Nem inteiramente fechados em suas próprias intenções, nem inteiramente disponíveis, *neither caterpillar nor butterfly*, diria Herman Melville¹⁵, tal será o caso mais geral. Isso sem contar que, ademais, um sujeito pode muito bem tender em direção a um polo em um plano determinado de atividade e, ao mesmo tempo, em outro plano, aproximar-se do polo oposto. Como se sabe, um modelo teórico não é nem um “modelo a seguir” nem uma foto da realidade, mas uma ferramenta fabricada na espera de melhor entender a complexidade dos fenômenos.

3. A propósito desse mesmo regime, o ajustamento (ainda que o autor não se refira a ele explicitamente), assinalamos a ilustração que lhe dá Jacques Fontanille ao tratar da organização e do funcionamento das cooperativas¹⁶. Sua descrição faz emergir três das principais características deste regime, a saber, a disponibilidade que ele pressupõe por parte dos participantes (atitude assimilada pelo autor ao que Ch. S. Peirce denominava “*musement*”, forma de “disponibilidade lúdica”); a ideia de uma realização “existencial” que o mesmo regime torna possível e em direção à qual ele tende; enfim o fato de que não haja nesse contexto “necessidade alguma de um Destinador sancionador transcendente”. Este estudo tem também o interesse de mostrar, depois de outros¹⁷, que, a despeito de objeções frequentemente levantadas, a sintaxe do ajustamento apresenta um caráter operatório que nada tem de “utópico”, inclusive numa esfera de relações sociais que ultrapassam o plano interpessoal.

No prolongamento dessas observações, um último ponto deve ser sublinhado: a “sensibilidade” aqui em questão não deve ser compreendida como de ordem unicamente sensorial e intersomática. Não apenas os corpos, mas também as inteligências podem ajustar-

¹³ Em “Estetiche del aggiustamento. Spazio, movimento, corpi”, *Acta Semiotica*, II, 3, 2022, p. 283 sq.

¹⁴ A respeito dessas noções, cf. “Jonction versus Union”, *Passions sans nom*, op. cit., p. 57-66.

¹⁵ *Moby Dick*, cap. 4, “The Counterpane”.

¹⁶ Em “La coopérative, alternative sémiotique et politique. Des organisations comme laboratoires de sémiotique expérimentale”, *Actes Sémiotiques*, 122, 2019.

¹⁷ Ver especialmente P. Cervelli, “Fallimenti della programmazione e dinamiche dell’aggiustamento”, in A.C. de Oliveira (org.), *As interações sensíveis*, São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2013.

se, ritmicamente, e, melhor ainda, conceptualmente, no que chamamos uma dança da interlocução¹⁸. Um exemplo notável de uma tal dinâmica interacional suscetível de dar lugar a formas de criação no plano intelectual é fornecido pelo antropólogo Paul Rabinow em *Un ethnologue au Maroc*, livro no qual assistimos ao nascimento de uma nova epistemologia (saudada por Pierre Bourdieu no posfácio) graças ao perfeito ajuste dialogal entre dois representantes de culturas extremamente distantes uma da outra¹⁹. Essa dimensão essencial do ajustamento mereceria ser mais explorada no futuro.

1.3. A programação: regularidade e previsibilidade

Enquanto regime de interação, o regime da programação permanece fundamentado, conforme o postulado inicial²⁰, no princípio de *regularidade*. Como regime de significância, ele repousa sobre um princípio – o de *previsibilidade* – que, ao contrário, por parecer óbvio, só foi explicitamente apresentado mais tarde. De fato, dizer que o comportamento de alguma coisa ou de alguém obedece a uma regularidade e que, nesse sentido é “programado”, dá exatamente no mesmo que dizer que é previsível.

1. Conhecer tais regularidades e poder com isso prever o desenvolvimento de um processo ou as sequências de comportamentos que delas decorrem é evidentemente bem útil. É bom saber que, infalivelmente, se aquecida a 100°, a água ferve. Mas um fato desse gênero, cujo conhecimento permite operar com o mínimo de riscos de erro ou de acidente não quer dizer – não significa –, em si mesmo, nenhuma coisa (salvo, é claro, para quem crê num “grande desígnio” da Providência). Testemunhar mil vezes o fenômeno não fará jamais que confirmar a existência – a regularidade – de uma regularidade, sem nada trazer em termos de significação. E o esforço por depreender as leis que dão conta das regularidades físicas desse tipo, que as explicam em termos de causalidade ou medem a probabilidade, não acrescenta nada sobre o que elas poderiam “querer dizer”. Como escreveu Steven Weinberg, prêmio Nobel de física, “mais compreendemos o [funcionamento do] mundo, mais ele nos parece desprovido de significação”²¹.

Isso nos leva a considerar que a regularidade (como princípio de interação), com seu

¹⁸ *Passions sans nom*, p. 172. Cf. também D. Barros, “Les régimes de sens et d’interaction dans la conversation”, *Actes Sémiotiques*, 120, 2017.

¹⁹ P. Rabinow, *Un ethnologue au Maroc* (1977), trad. Paris, Hachette, 1988. Para uma leitura semiótica desse livro, cf. E. Landowski, “L’épreuve de l’autre”, *Sign Systems Studies*, 34, 2, 2008.

²⁰ *Interações arriscadas*, *op. cit.*, p. 22-25.

²¹ S. Weinberg, *Les trois premières minutes de l’Univers*, Paris, Seuil, 1978, p. 179. Citado por J.-P. Petitimbart em “Régimes de sens et logique des sciences. Interactions socio-sémiotiques et avancées scientifiques”, *Actes Sémiotiques*, 120, 2017.

correlato, a previsibilidade (como princípio de significância), anda de mãos dadas com um regime de significância aparentemente paradoxal: a *in-significância*. Está aí o lado intelectualmente frustrante desse regime: o conhecimento das regularidades as mais fundamentais, as do mundo físico, ao mesmo tempo que ele assegura a previsibilidade dos processos e de seus resultados, deixa a inteligência diante de um vazio semiótico, uma falta, uma ausência: a ausência da significação. Semelhante constatação seria trivial se, no interior de um sistema de significância e de um campo de interação, essa ausência não fosse tão notável, tão marcante, tão “significante”, em um segundo nível, quanto é, num primeiro nível, a presença de conteúdos de significação²². Uma tal insignificância merece tanto mais reter a atenção quanto não se refere unicamente ao funcionamento das coisas, vistas à distância. Ela afeta também uma parte considerável da vida ativa e interativa dos sujeitos que somos, e mesmo nossa “vida interior”, com o mesmo efeito negativo em termos de regime de sentido. Mas talvez haja nesse ponto um mal-entendido possível.

2. Sabemos que, da antropologia à semiótica, passando pela sociologia, todas as ciências sociais mostram que as regularidades de ordem social ou psicossocial (sejam elas fixadas por costumes, normas jurídicas, ritos religiosos, hábitos ou manias pessoais, contratos de trabalho ou protocolos operatórios) não são destituídas de toda significação, longe disso. Isso não nos impede, no entanto, de postular que uma forma de insignificância se associe também, em um outro nível. Não há aí contradição. Não pretendemos negar que os comportamentos individuais ou coletivos que, em razão de sua regularidade e de sua previsibilidade, caracterizamos semioticamente como decorrendo de uma programação podem muito bem, ao ser analisados por um antropólogo ou um sociólogo, se revelar ricos de significações. Mas, tratando-se então de interpretações construídas por um olhar externo, estas significações escapam, pela maior parte, aos atores. Para eles, as situações vividas e os comportamentos que estas induzem podem, portanto, ao mesmo tempo, permanecer perfeitamente insignificantes.

Com efeito, tal como a maioria dos atores sociais a experimentam no dia a dia, a regularidade se traduz essencialmente em termos de restrições impostas por regras ou regulamentos cuja significação – cuja razão de ser – muito frequentemente lhes escapa. Quanto à previsibilidade, compreende-se que para a multidão daqueles que se encontram presos às estreitas redes coercitivas e forçados ao ronrom fastidioso (ou ao doloroso calvário²³) de uma vida de trabalho tão economicamente necessária quanto socialmente penosa, o futuro previsível

²² Cf. M. Leone, “De l’insignifiance”, *Actes Sémiotiques*, 119, 2016.

²³ Entre enfado e dor: alternativa schopenhaueriana que nenhum semioticista das paixões deveria ignorar.

se reduza à perspectiva do sempiterno retorno de um ciclo de esperanças e de frustrações já conhecido porque já vivido à saciedade há muito tempo. Daí um “mal de viver” regularmente constatado pelos sociólogos (e mais ainda os “psi”). Nesse mal-estar ligado a uma insignificância que não é necessariamente aquela, “objetiva”, de processos observados de fora, mas em todo caso a da experiência dos agentes, reconhece-se o sintoma de uma crise do sentido eminentemente contemporânea. E como, sob o efeito conjugado do “progresso tecnológico” e dos “imperativos securitários”, a sorte de todos promete tornar-se mais estreitamente programada nos planos cada vez mais diversos, o vírus da insignificância e o mal-estar que ele provoca não deixarão certamente, no futuro, de se propagar rapidamente.

No entanto, por comparação com os dramas às vezes envolvidos pelo regime do acidente (que abordaremos em breve), ainda se trata de uma doença semiótica benigna. Porque se é verdade que desde os tempos mais remotos o vazio semiótico deixado pela insignificância dos fenômenos naturais suscitou no plano filosófico uma incansável busca de significação²⁴, o fato de que ela nunca levou a resposta alguma não impediu jamais alguém de viver. Do mesmo modo, no plano social, a insignificância de um cotidiano rotineiro prestes a tornar-se tão desvitalizado quanto um algoritmo não é, tampouco, propriamente falando, uma tragédia. O único que temos certeza de que o fará morrer é apenas uma entidade abstrata: o Sujeito! Ora, ao olhar da imensa maioria de nossos contemporâneos, sua desapareição e substituição por quase-autômatos programados – mutação prometida (ao mesmo tempo que a dissolução dos elos sociais) pelo triunfo da inteligência artificial – será uma morte indolor. Para muitos, será até mesmo uma bênção do tempo. Compreende-se, pois abolindo a própria ideia de sujeitos autônomos, críticos e criativos, a programação algorítmica generalizada porá fim a muitas preocupações. Assim vemos que, se o *Discurso da Servidão voluntária*²⁵ mudou de forma, em nada ele perdeu de sua atualidade. O hino à tecnologia é aparentemente sua versão atualizada para o século XXI²⁶.

3. Num outro plano, por ocasião da construção de um conceito semiótico novo, o de *prise*, a definição do regime de programação tornou-se objeto de novos desenvolvimentos, quer se tratasse da sintaxe da “operação”, das relações entre “utilização” e “prática”, da distinção

²⁴ Cf. J.-P. Petitimbert, “Régimes de sens et logique des sciences”, *art. cit.*

²⁵ Étienne de La Boétie, *Discurso da Servidão voluntária*, 1548. (NdT).

²⁶ “A digitalização do mundo e a grande radicalização populista, racista, nacionalista e religiosa chegam ao mesmo tempo, internacionalmente, interculturalmente, na virada desse século”. P.Aa. Brandt, “Sens et machine. Vers une techno-sémiotique”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018 (§4, “L’interaction homme-machine”).

entre ferramenta e máquina, ou ainda do tema “homem-máquina”²⁷. Apesar disso, a problemática da programação permanece a que parece ter menos inspirado os espíritos críticos e inventivos. Frequentemente, até o que lhe diz respeito é atribuído erroneamente a um outro regime, o do ajustamento, que, no entanto, representa exatamente seu inverso.

Entre os semioticistas, muitos, com efeito, têm tendência a interpretar como ajustamentos processos que equivalem a *adaptações* ou *acomodações* de natureza tipicamente programática. Para que um interactante seja levado a se “acomodar” com o modo de ser de um outro e a se “adaptar” a ele, alinhando seu comportamento a fim de se conformar a suas exigências, é necessário que esse outro seja ele mesmo, ao menos sob certos aspectos, um não-sujeito programado, cujos comportamentos pareçam aos olhos de seu parceiro, e provavelmente a seus próprios olhos, como submetidos a regularidades – às vezes simples manias – que não poderiam ser modificadas sob qualquer pretexto. O comportamento do sujeito que assim se adapta passa a ser programado pela programação na qual o outro se encerrou. E quando ela é recíproca, a adaptação remete também – remete *a fortiori* – à programação, pois a única diferença com uma adaptação unilateral é que, nesse caso, cada qual dos dois interactantes considera como imutáveis as regularidades de comportamento do outro (assim como, provavelmente, suas próprias) – o que, por definição, exclui toda possibilidade de desencadeamento da menor dinâmica de ajustamento.

1.4. O acidente: aleatoriedade e imprevisibilidade

Enquanto regime de interação, o do acidente permanece fundado no princípio inicialmente postulado: o princípio de *aleatoriedade*²⁸. Mas como regime de sentido, demandava também ele o reconhecimento de um princípio adicional no plano da significância: o princípio de *imprevisibilidade*.

1. Da aleatoriedade e de seu correlato, a imprevisibilidade, resulta não apenas uma simples ausência de significação como mais acima no quadro da programação, mas, mais tragicamente, a própria negação do sentido. Mais tragicamente porque quando nenhum saber antecipado, nenhuma medida de prevenção, nenhuma garantia de segurança são possíveis face ao que pode aleatoriamente advir, e que ao mesmo tempo toda possibilidade de explicar assim como de compreender o que se passa é excluída, então o que se impõe corre o risco de não ser mais que um sentimento de desesperança diante do absurdo. Não se trata mais da decepção ante

²⁷ E. Landowski, *Avoir prise, donner prise*, Limoges, Pulim, 2009. Trad. port. L. Silva, M. Scoz, Y. Fachine, *Antes da interação, a ligação*, São Paulo, Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2019.

²⁸ *Interações arriscadas, op. cit.*, p. 70-79.

um vazio a preencher, mas do encontro com uma presença plena, tangível, ainda que negativa: a do não-senso, do *insensato* prestes a surgir sob uma forma ou outra – acidentes, pequenos ou grandes, cataclismas incontrolláveis, e também catástrofes de iniciativa humana vistas como a volta de uma fatalidade, tal como a guerra ou certos empreendimentos de extermínio como hoje se veem²⁹.

Isso sem, contudo, excluir a eventualidade da emergência quer de algum “além-sentido” por detrás do absurdo, como postulam a teoria lotmaniana da “explosão”³⁰ e a greimasiana do “deslumbramento”³¹, quer da revelação (ela mesma fortuita ou, ao menos, imprevisível) de alguma chave de interpretação de ordem mítica ou religiosa, restauradora de um sentido possível. Mas seria já se dirigir rumo formas de crença em uma figura do Destinador, em outras palavras, rumo, de novo, o regime da manipulação³². Permanecendo, ao contrário, no quadro do regime do acidente, Giulia Ceriani propõe por sua parte uma interpretação paradoxal a partir da ideia de um “sentido da insensatez”: o absurdo deixa nesse caso de ser considerado, em primeiro grau, como puramente negativo, conforme o senso comum, e ganha, num segundo grau, um valor positivo, por exemplo tornando-se um recurso estratégico³³.

2. De nossa parte, designamos quase desde o início o regime do “acidente” como sendo também o do “assentimento”³⁴. A primeira denominação destaca o lado imprevisível e imparável do que sobrevém; a segunda exprime o ponto de vista subjetivo daquele que se resigna ante o inelutável, a incerteza da sorte, o risco do não-sentido. Entretanto, face ao que, conforme um expressão de Yuri Lotman, “assemelha-se, do ponto de vista humano, a um arbitrário inexplicável”³⁵, a aquiescência, o “assentimento”, não é a única atitude possível. A recusa e seu corolário, a revolta, são igualmente previsíveis: revolta moral, em silêncio, diante do absurdo, ou revolta manifesta, em ato, não contra “a injustiça da sorte” em geral ou contra os mistérios insondáveis da Providência, mas contra o abuso de poder de alguma instância não transcendente que exerça uma forma de potência absoluta embora bem terrestre. Nossa interpretação inicial do regime do acidente, que privilegiava a ideia do assentimento ao

²⁹ Cf. E. Landowski, “Actualité et barbarie”, *Acta Semiotica*, III, 6, 2023.

³⁰ Cf. Fr. Sedda, “Intersezione di linguaggi, esplosione di mondi. Una rima fondativa fra l’ultimo Lotman e il primo Greimas”, *E/C*, 2008. P. Demuru, “Between Accidents and Explosions”, *Bakhtiniana*, 15, 1, 2020. K. Nastopka, “La nécessité et l’accident selon Greimas et Lotman”, in T. Migliore (org.), *Incidenti ed esplosioni*, Roma, Aracne, 2010.

³¹ Cf. A.J. Greimas, *De l’Imperfection*, Périgueux, Fanlac, 1987. Trad. port. *Da Imperfeição*, São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2017.

³² Cf. E. Landowski, “Shikata na gai”, *Lexia*, 11-13, 2012.

³³ Cf. G. Ceriani, *Inversioni. Senso dell’insensato*, Roma, Meltemi, 2024.

³⁴ Cf. “Assentiment”, in D. Ablali (org.), *Vocabulaire des études sémiotiques*, Paris, Champion, 2009.

³⁵ Y. Lotman, “Deux modèles archétypes de culture: ‘conclure un pacte’ et ‘s’en remettre à autrui’”, in id. e B. Uspenski, *Sémiotique de la culture russe*, Lausanne, L’âge d’homme, 1990, p. 140.

inevitável e associava uma lógica da “submissão”, reclamava, portanto, o reconhecimento de sua face complementar e oposta, a recusa ao inelutável, ainda mesmo que tal recusa possa ser fadada ao fracasso e, portanto, desesperada. Sublinhamos conseqüentemente a ambivalência desse regime, o do acidente-revolta tanto quanto do acidente-assentimento.

Acrescentamos que, se é verdade que não pode haver assentimento ou revolta, submissão ou insubmissão, senão em face de um interactante que impõe unilateralmente seus “decretos”, o acaso, “o azar” não é a única forma possível para um tal poder discricionário. É apenas a mais perfeita, a mais apurada figura de uma arbitrariedade implacável. Mas em muitos aspectos, a onipotência de um poder mundano totalmente hegemônico e a implacabilidade do acaso se equivalem – exceto pelo fato de que se o azar, figura sem corpo, é invulnerável, o corpo do déspota, além de poder ser magoado, é mortal. Ademais, enquanto o primeiro é cego, o segundo, “mais humano” como se diz, sabe o que faz. Segue-se que, se face ao primeiro a submissão – a resignação – pode ter suas razões, face ao segundo a insubmissão, a resistência, é quase um dever.

1.5. *Junção vs união e operação vs submissão*

Além do posicionamento dos quatro regimes e de seus respectivos princípios, o diagrama acima menciona outras tantas “lógicas do agir”. Trata-se de caracterizações complementares com relação às distinções precedentes. Os regimes descrevem as sintaxes da interação e seus correlatos no plano da significância. As lógicas explicitam as filosofias do comportamento diante do mundo que lhes são subjacentes. Cada qual remete a gestos arquetípicos: ler, avaliar, calcular, trocar, adquirir ou perder, para a manipulação-*junção*; abraçar uma dinâmica, realizar um potencial e criar junto qualquer coisa, para o ajustamento-*união*; transformar, produzir, construir ou destruir, para a programação-*operação*; submeter-se, não compreender, interrogar-se, aquiescer ou se revoltar, para o acidente-*submissão* – ou *insubmissão*.

1. Sob a intitulada lógica da *junção*, colocamos a concepção geral da vida subjacente à gramática narrativa clássica da circulação dos objetos-valor entre sujeitos ora “disjuntos” daquilo a que aspiram, ora “conjuntos”. Tudo aí se resume a sequências de trocas de valores, materiais, modais ou simbólicas. Remetendo a uma valorização quase exclusiva do *ter*, essa perspectiva pode ser globalmente caracterizada como utilitarista. A lógica da *união*³⁶ recobre,

³⁶ Inicialmente definida em “Viagens às nascentes do sentido”, in I. Assis Silva (org.), *Corpo e sentido*, São Paulo, EDUNESP, 1996.

ao contrário, uma filosofia do *ser* e da presença: não apenas da presença para o outro na forma do “estar juntos”, mas também, mais amplamente, da presença em um mundo ecologicamente reconhecido (e em alguns raros contextos tratado) como um parceiro que honrar, em lugar de reduzi-lo ao estatuto de mero recurso econômico a explorar. Mediante a prática de relações interacionais assim refundadas, a lógica da união visa à realização existencial dos agentes, humanos ou não.

Hoje, todos os estudos dos especialistas, notadamente em matéria de biodiversidade e de clima, reforçam a visão em termos de união dando-lhe uma base científica. A isso opõem-se radicalmente senão os discursos (frequentemente mais ou menos “ecologizantes” na superfície) da maioria dos responsáveis políticos, ao menos suas decisões (que, no oposto, visam em geral o “crescimento” a todo custo) assim como suas não-decisões (quando, ao contrário, seria urgente agir contra a deterioração acelerada de todos os indicadores). Vão na mesma direção as práticas da imensa maioria dos gestores econômicos. “Assumo prosseguir com meus investimentos em petróleo e gás porque a demanda cresce”, declarava recentemente um deles³⁷. “Respeito o aviso dos cientistas”, precisava ele, “mas há a vida real”. A vida “real” é a lógica da junção (fazer circular bens e capitais para aumentar lucros), enquanto – subentendido – a filosofia da união seria apenas uma utopia e besteiras. Na esperança de fazê-la entrar na ordem das práticas, nossa tarefa de semioticistas é conseqüentemente pensar os meios de operacionalizá-la. Isso supõe uma forma de ultrapassagem de uma das principais oposições que articulam o presente modelo, ou seja, um modo de articulação entre estas duas lógicas – união vs junção – que se apresentam como à primeira vista incompatíveis. Em outros pontos também, os fenômenos da “vida real” se situam a meio caminho ou numa relação dialética entre posições teóricas de referência, frequentemente (como veremos em breve) nas zonas de transição entre os regimes.

2. Mas a distinção entre junção e união não era suficiente. Faltava o reconhecimento explícito de duas lógicas complementares. E isso foi a causa de dois mal-entendidos persistentes. Alguns estimaram que, desde que a lógica da junção vale para a manipulação, ela vale também para a programação. Não é o caso. Sem dúvida, a programação e a manipulação têm em comum seu pertencimento à mesma “dêixis” do quadrado-elipse (aquela, dita positiva, convencionalmente situada ao lado esquerdo do diagrama). Enquanto tais, elas constituem as duas formas vizinhas do que chamamos de constelação da “prudência”, por oposição à da

³⁷ O presidente diretor geral da sociedade Total. Cf. R. Cardon et al., “Entre Jouzel et Pouyanné, l’Etat doit choisir”, *Le Monde*, 14 de setembro de 2023.

“aventura”, que corresponde aos regimes – mais arriscados – do ajustamento e do acidente³⁸. Mas nesse quadro, a programação tem sua lógica própria, uma lógica inteiramente distinta daquela da manipulação. É uma lógica não centrada na circulação e na apropriação dos objetos, mas que diz respeito à produção deles, e, claro, ao complementar, sua destruição: é a lógica a *operação*, que abordamos num estágio posterior³⁹.

Um detalhe terminológico pode ter enganado alguns: tanto sob o registro da programação-operação, quanto no contexto manipulatório, estão constantemente usadas as noções de “conjunção” e “disjunção”. Porém, a acepção desses termos não é a mesma nos dois casos. Para um manipulador (e um manipulado), conjungir significa atribuir alguma coisa a outrem ou se apropriar dela. No vocabulário de um operador, designa gestos de ordem puramente pragmática: será reunir dois ou mais elementos, por exemplo colá-los, fixá-los, soldá-los ou ainda fundi-los juntos para torná-los uma coisa só. E disjuntar, é separar: quebrar um bloco em pequenos pedaços, remover o fruto da árvore, cortar a cabeça do condenado, separar o joio do trigo, ou, mediante alguma “operação especial” estilo *cowboy*, reduzir uma cidade a poeira, um território a campo de ruínas começando por mesquitas, hospitais, escolas, cemitérios.

Da mesma forma, foi necessário acabar com a confusão que consistia em considerar que (na outra dêixis) a lógica da união, que preside as relações entre os sujeitos do ajustamento, valeria também para o regime do acidente. Novamente, não é assim. Não pode existir união com o acaso. Não sensível a nada nem atenta a ninguém, sem atração nem repulsão que a oriente, a potência sem corpo nem alma que chamamos de “azar” está pronta para tudo, mas em nenhum grau “disponível” para qualquer um. Dado que o acaso não transige em caso algum, a única escolha possível face a ele (como face a outras formas do imprevisível, do inevitável e do implacável, do arbitrário, do inexplicável e do insensato) é entre aquiescência e revolta, segundo uma lógica que não pode ser, portanto, senão a da *submissão*, ou da *insubmissão*. A menos, obviamente, que se tente atuar face a ele fazendo como se obedecesse a um dos outros regimes, fosse o da programação – quer crendo possível afastar a má sorte por ritos de superstição, quer recorrendo ao cálculo de probabilidade –, ou o da manipulação, antropomorfizando a sorte à maneira de uma espécie de divindade, na esperança de conjurá-

³⁸ *Interações arriscadas*, op. cit., p. 80, 86, 107.

³⁹ Cf. *Antes da interação, a ligação*, op. cit.; “Politiques de la sémiotique”, *Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio*, 13, 1, 2019 (trad. port. “Políticas da semiótica”, in A.C. de Oliveira, A. Pinheiro, L. Santaella (orgs.), *Entre Semióticas*, São Paulo, Estação das letras e cores, 2025).

la⁴⁰.

2. Complexificações inter-regimes

Uma vez apresentados esses desenvolvimentos que dizem respeito à sintaxe interna de cada um dos regimes, retornamos ao modo como eles se interdefinem e vemos em seguida como se agenciam uns face aos outros. Isso é essencial, porque a validade teórica e o valor heurístico do modelo não dependem unicamente da precisão e da homogeneidade das definições de cada regime, mas também, ou sobretudo, do entendimento das relações que eles entretêm, quer dizer da sintaxe geral que rege as relações entre as quatro sintaxes particulares. Na verdade, dado que é a própria dinâmica interna de cada regime que torna teoricamente possível, e provável na prática, a passagem de um regime ao regime “seguinte” (conforme a orientação das setas no diagrama), a distinção entre o que é da ordem “intra-regime” e o que corresponde a relações “inter-regimes” é um tanto artificial. Mas ela é cômoda para ordenar os problemas. É por essa razão que a utilizamos.

2.1. Interdefinições

Não voltaremos à relação de contrariedade que opõe a programação ao acidente: continuidade traduzida em termos de regularidade (daí a previsibilidade e a insignificância) *versus* descontinuidade traduzida em termos de acaso (daí a imprevisibilidade e o insensato), esses encadeamentos, parece-nos, foram suficientemente justificados anteriormente. Mas, questão mais delicada, vejamos mais de perto como se interrelacionam manipulação e ajustamento.

1. Em primeiro lugar, o princípio de significância e o princípio de interação que correspondem a cada um desses regimes se pressupõem reciprocamente. No que se refere à manipulação, a intencionalidade, como se viu, pressupõe a distintividade, dado que para querer é necessário pelo menos saber ou poder distinguir, entre as coisas e os valores, os aos quais se vai dar a prioridade. No sentido inverso, a distintividade condiciona a intencionalidade, ou em todo caso a torna possível (condição necessária, embora não suficiente). Pode-se mesmo prever, conforme uma das correlações familiares aos conhecedores da “semiótica tensiva”, que a intensidade do querer seja tanto mais forte quanto mais precisamente identificado for o objeto desejado. E do lado do ajustamento, na medida em que a sensibilidade está *a priori* aberta a tudo sem discriminar, ela pré-dispõe, se assim se pode dizer, à disponibilidade face à riqueza

⁴⁰ Cf. “Shikata na gai”, *art. cit.*

infindável das possibilidades; inversamente, a disponibilidade pressupõe um mínimo de sensibilidade, ao menos na medida em que, logicamente, não sentir nada certamente não predispõe a se ajustar a nenhum tipo de interactante.

2. Em segundo lugar, os princípios acima enumerados opõem claramente esses dois regimes um ao outro. No plano da *significância*, a sensibilidade, mobilizada no ajustamento, tende a excluir ou a suspender a distintividade, base necessária da manipulação. Como se viu, a apreensão estética, a “*saisie*” de um objeto como pura presença e como totalidade fazendo sentido se opõe à focalização sobre seus componentes discretos e significantes. Inversamente, será difícil a um sujeito ser sensível a um objeto, uma situação ou uma proposta enquanto totalidade de sentido se se concentrar demais em examinar, analisar, avaliar, “ler” em detalhe a significação de seus componentes⁴¹ – o que constitui em contrapartida a primeira preocupação do sujeito manipulador, tanto quanto a de seu interlocutor que se deixará, ou não, manipular somente depois de “tudo bem pesado”.

Os princípios fundadores desses dois regimes no plano, agora, da *interação* – intencionalidade e disponibilidade respectivamente – não se opõem menos fortemente um ao outro. A intencionalidade, na medida em que orienta a ação do par manipulador / manipulado para objetivos definidos, equivale praticamente a uma indisponibilidade a respeito de tudo o mais. Inversamente, a disponibilidade requerida pelo ajustamento exclui toda fixação em uma visada intencional preestabelecida. Supõe um sujeito livre de preconceitos como de preferências *a priori* e, tanto quanto possível, sem engajamentos prévios que viriam a restringir o leque de suas opções face a uma conjuntura imprevista. Ser disponível é também assumir ser “livre”, no sentido de sem apegos.

What a large volume of adventures may be grasped by him who interests his heart in everything, and [has] eyes to see what time and chance are perpetually holding out to him (...)⁴².

Assim, de duas coisas uma. Primeira possibilidade: um quadro fixado, seja unilateralmente por uma das partes, seja por acordo bilateral, ou ainda pelo uso ou alguma norma social (caso provavelmente o mais frequente), delimita as modalidades do curso de ação antes que a interação tenha lugar. Isso determina uma situação em que as condições gerais do

⁴¹ Ainda que a descoberta das articulações profundas de um objeto possa, ao contrário, fazer melhor apreciar as suas qualidades estéticas, como mostra a experiência da leitura semiótica.

⁴² “Que grande volume de aventuras pode ser abrangido no espaço de uma pequena vida por aquele cujo coração se interessa por todas as coisas”. L. Sterne, *A Sentimental Journey* (1768), Harmondsworth, Penguin, 1938, p. 47 (“In the street. Calais”).

encontro sendo programaticamente ou convencionalmente preestabelecidas, o conteúdo, o campo, o horizonte mesmo da interação são relativamente limitados. Outra possibilidade: se tais limitações estão ausentes, é o próprio desenvolvimento do processo interacional que, por ajustamentos sucessivos entre os interessados, determinará em que consistirá o seu encontro e em que direção ele se orientará. Disso resulta que, quando uma sequência interacional tem como ponto de partida uma situação do primeiro tipo, passar para relações do segundo tipo supõe uma suspensão ou uma ultrapassagem das condições limitantes anteriormente fixadas ou admitidas, em outras palavras necessita a aceitação, por ambas as partes, das incertezas de uma relação doravante não-condicionada, portanto mais arriscada, mas, em compensação, prometedora do potencial que apenas uma interação sem enquadramento nem finalidade preestabelecidos, “aventurosa”, pode oferecer. Um tal acordo só pode ser tácito – *not so pointed as to alarm, nor so vague as to be misunderstood*⁴³ – já que exigir que seja formalizado equivaleria a admitir, contraditoriamente, sua preferência por um regime contratualmente “assegurado”⁴⁴.

2.2. Regimes de transição

Diferentemente de uma abordagem estática que se interessaria unicamente aos termos *ab quo* ou *ad quem* que representam cada uma das quatro sintaxes de base, focalizar a atenção, como vamos fazer, sobre as zonas onde se efetuam as passagens graduais entre regimes leva a um conjunto de complexificações fecundas. É aliás por essa razão que, sempre que possível (isto é, por menos que o objeto estudado comporte uma dinâmica), utilizamos preferencialmente a elipse ao quadrado. Já o próprio Greimas dizia que o quadrado não é apenas uma grade taxonômica, mas também, ou sobretudo, o suporte de percursos orientados. Infelizmente, muitos se esqueceram disso!

De nossa parte, em todo caso, na construção do modelo geral, sempre atribuímos a maior importância ao segundo desses aspectos, mostrando como cada um dos regimes está ligado a um regime precedente e leva a um terceiro. Assim, entre as duas formas de regularidade fundadoras da programação, uma dela, a regularidade “simbólica”, conecta esse regime a uma das duas formas de motivação próprias ao regime da manipulação (a motivação “consensual”), enquanto a outra forma de regularidade, a regularidade “causal”, se conecta a uma das formas

⁴³ “não tão direto a ponto de alarmar, nem tão vago a ponto de ser mal compreendido”. *Ibid*, p. 45 (“The remise door. Calais”).

⁴⁴ Sobre a problemática do “acordo” e sua ultrapassagem, cf. “A quoi sert la construction de concepts?”, *Actes Sémiotiques*, 117, 2014.

de sensibilidade que alicerçam o regime do ajustamento (a saber, a sensibilidade “reativa”)⁴⁵. E no plano da interpretação geral, esboçamos uma espécie de cenário abrangente indicando a sequência das transformações – o devir estrutural “canônico”, se assim se pode dizer – de um sujeito que passaria por cada uma dessas etapas⁴⁶.

A título de exemplo, consideremos o intervalo que se estende entre manipulação e programação. Considerado sintagmaticamente, esse espaço se apresenta como um caminho a percorrer. Do ponto de vista paradigmático, torna-se uma zona onde habitar. Segundo a primeira perspectiva, desenha-se um trajeto ao longo do qual o ator, visto como um viajante em trânsito de um regime a outro, metamorfoseia-se progressivamente de sujeito volitivo, manipulador ou manipulado, em uma entidade programada, em um não-sujeito. A intencionalidade começa a perder a sua força motivadora da ação; pouco a pouco, ela se transforma em hábito, inicialmente consciente, mas rapidamente reduzido a rotinas compridas “sem nem pensar”, como automatismos dessemantizados e finalmente à maneira de algoritmos programados. Mediante uma sucessão de transformações apenas perceptíveis – “silenciosas”, diria François Jullien⁴⁷ –, o sujeito terá ao final do percurso mudado totalmente de regime sem que houvesse tido a menor solução de continuidade entre intencionalidade e regularidade⁴⁸.

A outra perspectiva, paradigmática, leva a admitir a possibilidade de um número indeterminado de regimes interacionais híbridos, a meio caminho entre dois polos, que regerão o comportamento de atores não mais em trânsito, mas instalados duravelmente, a não ser que seja definitivamente em algum ponto entre os dois. O gato de nossa vizinha é a própria encarnação disso. Por mais “afetuoso” e “inteligente” que seja (diz ela), ainda não é o que chamamos, semioticamente, um Sujeito, quer dizer um ser manipulável e potencialmente manipulador. Para isso, em boa parte lhe falta, entre outras coisas, a capacidade cognitiva de antecipar a maneira com que antecipamos suas reações. Mas também não é, muito menos ainda, um puro Objeto programado (e/ou programável). Não sendo nem verdadeiramente um, nem simplesmente o outro mas um pouco os dois – já quase Sujeito, ainda quase Objeto – ele não entra em qualquer um dos compartimentos que o modelo propõe. Ele inventa para si uma posição intermediária, um regime *ad hoc*, meio lá meio cá – coisa embaraçosa à primeira vista. É o que Tatsuma Padoan chama de um ser semioticamente “recalcitrante”⁴⁹. *Mutatis mutandis*,

⁴⁵ *Interações arriscadas*, op. cit., p. 52.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 81-85.

⁴⁷ Cf. Fr. Jullien, *Les transformations silencieuses*, Paris, Grasset, 2009.

⁴⁸ Para o detalhe dessas transformações, cf. “Complexifications interactionnelles”, art. cit., p. 50.

⁴⁹ T. Padoan, “Recalcitrant Interactions”, *Acta Semiotica*, 1, 2, 2021.

o mesmo vale para os robôs, ao menos aos olhos dos que se perguntam com inquietação se estes são, ou se permanecerão para sempre, apenas objetos programados. E no sentido inverso, haveria boas razões para se colocar também a questão de saber se nós mesmos, a despeito das muitas pretensões, somos verdadeiramente puros Sujeitos intencionais. Tudo leva a considerar que não somos menos híbridos que os precedentes, com algumas diferenças na dosagem dos dois aspectos.

Por mais problemático que seja, é semioticamente indispensável dar atenção a esse gênero de figuras ambivalentes e, nesse sentido, complexas. Dado que seu lugar de residência se situa em zonas de transição entre regimes, é preciso admitir que obedecem a regimes interacionais específicos: a *regimes de transição*. Como tais, esses regimes intermediários são potencialmente tão numerosos quanto as posições disponíveis para habitantes do entrelugar. Ora, essas posições, como os pontos em uma linha, são na verdade em número potencialmente infinito. Daí, inventariar os regimes específicos que corresponderiam a cada ponto – a cada posição – e lhes dar de antemão a cada qual um nome está excluído. O que, no entanto, evidentemente não está excluído é encontrar, por ocasião de análises particulares, toda sorte de figuras desse tipo. É mesmo provável que a maioria dos casos a analisar (e não somente os gatos e os robôs) serão desse tipo. Alguns de seus traços definitórios remeterão a um dos quatro regimes de referência e outros a um outro (em geral ao “seguinte” ou ao “anterior”). Para dar conta disso permanecendo no quadro do presente modelo, é, portanto, preciso reconhecer – e está aí uma complexificação essencial – a possibilidade de variantes combinatórias inter-regimes modulando as características respectivas de cada um deles ou articulando-as entre si.

2.3. Fórmulas de instrumentalização entre regimes

Ao lado desses desenvolvimentos relativos às características internas de cada regime e às condições da passagem de uns a outros ou da estada entre dois deles, um outro fator de complexificação, a “instrumentalização” de um regime por um outro animou uma parte importante das pesquisas recentes. No nosso vocabulário, instrumentalizar um regime significa utilizá-lo taticamente a fim de alcançar objetivos que remetem a um outro regime, do mesmo modo que, muitas vezes, uma ação é cumprida somente a título de programa “de uso” cuja função é permitir o cumprimento de uma segunda ação, graças à qual o ator conseguirá obter o objeto visado por seu programa principal, ou “de base”⁵⁰. Disso reteremos aqui apenas três

⁵⁰ Cf. *Dicionário de semiótica, op. cit.*, verbete “Programa”.

ilustrações⁵¹.

1. A fórmula mais comum e mais conhecida consiste em empregar procedimentos de ajustamento a serviço de uma manipulação. Isso mesmo está na base da maioria das estratégias publicitárias desde a época na qual o discurso persuasivo de estilo argumentativo e comparativo (isto é, manipulatório), próprio aos reclames de antanho, foi substituído pela encenação visual da relação sensível que supostamente liga um produto a seus consumidores atuais ou potenciais, ou uma marca a sua clientela: para fazer comprar, trata-se de fazer sentir uma qualidade estética da mercadoria; para fazer aderir duravelmente, pretende-se fazer viver, por projeção, uma “experiência” com a firma vendedora⁵².

O mesmo processo de captação é constantemente explorado também na esfera política. Neste contexto, fazer fazer – fazer votar, fazer aderir a um movimento ou (caso doravante o mais frequente) à pessoa mesma de um líder – passa cada vez mais pela convocação de um dos dois princípios sobre os quais repousa o regime do ajustamento, a saber, o princípio de sensibilidade (e, mais acessoriamente, o princípio de disponibilidade). Para isso, mobiliza-se a competência estética dos eleitores procurando fazê-los sentir, pela imagem e pelo som, a qualidade de presença de um candidato, seu temperamento, sua *héxis*, por assim dizer seu próprio ser. Está claro que lá, o fazer-sentir, longe de valer para si mesmo como seria o caso em uma dinâmica de ajustamento que não fosse instrumentalizada, torna-se um simples programa de uso, empregado para permitir a efetivação do programa principal de ordem manipulatória, ou seja, atrair, fazer aderir, não intelectualmente, por convicção, mas “à flor da pele”, por contágio⁵³. Tornada tão clássica em semiótica quanto banal em política, essa problemática foi aprofundada em muitos trabalhos, especialmente os relativos ao populismo⁵⁴.

2. Uma outra fórmula frequentemente encontrada tira partido das relações – reversíveis – entre programação e manipulação. Consideremos um caso em que a primeira serve de programa de uso à segunda. A análise, por Jean-Paul Petitimberty, do que se chama os “*nudges*”

⁵¹ Para outros exemplos, cf. “Complexifications interactionnelles”, *art. cit.*, p. 52-58.

⁵² Cf. A. Perusset, “L’expérience au cœur du marketing postmoderne”, *Acta Semiotica*, I, 2, 2021. J.-P. Petitimberty, “*Amor vacui*. Le design d’objets selon MUJI”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. E. Landowski, “Masculino, feminino, social”, *A Sociedade refletida*, São Paulo-Campinas, Educ-Pontes, 1992; id., “Communautés de goût”, *Passions sans nom*, *op. cit.*

⁵³ Sobre a noção semiótica de contágio, cf. *Passions sans nom*, *op. cit.*, cap. 6, “La présence contagieuse”.

⁵⁴ Cf. Y. Fechine, “Passions et présence dans le populisme numérique brésilien”, *Actes Sémiotiques*, 123, 2020; id., “Uma dinâmica interacional complexa”, *Acta Semiotica*, I, 1, 2021; id. e P. Demuru, *Um bufão no poder*, Rio de Janeiro, Confraria do vento, 2022. P. Demuru e F. Sedda, “Da cosa si riconosce il populismo”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. F. Sedda e P. Demuru, “La rivoluzione del linguaggio socialista”, *Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio*, 13, 1, 2019. A. Kharbouch, “Manipulation et contagion: le discours ambivalent du populisme”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. P. Cervelli, “La comunicazione politica populista”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. E. Landowski, “Critique sémiotique du populisme”, *Punctum*, VI, 2, 2020.

mostra brilhantemente como fazer fazer por outra pessoa o que se espera dela (objetivo de toda manipulação), não se dirigindo às competências cognitivas e volitivas de um interactante que seria tratado como um autêntico sujeito, mas explorando diversos automatismos programados que guiam uma grande parte dos gestos da vida cotidiana⁵⁵. Evita-se assim recorrer aos procedimentos democráticos da manipulação propriamente dita, procedimentos ao mesmo tempo difíceis porque demandam de uma parte e de outra um mínimo de esforços intelectuais, e arriscados porque, dirigindo-se à competência cognitiva dos cidadãos para convencê-los, convocam ao mesmo tempo seu senso crítico. A tática consiste em astuciosamente arrumar o contexto no qual se encontram as pessoas visadas, de modo tal que automaticamente desencadeie, da parte delas, por reflexo ou mimetismo, o comportamento desejado.

Revela-se muito eficaz, mas em tudo isso, no fundo – epistemologicamente –, os “*nudgers*” nada inventaram de mais ou de melhor que nossa estimável vizinha. Apesar de ela considerar seu gato como um ser de coração e de razão, para fazê-lo fazer o que ela quer que faça, nem raciocina com ele, nem tenta apiedá-lo. Para fazê-lo sair do esconderijo onde desaparece por princípio no momento em que todo mundo está prestes a retornar do campo, ela conhece um meio infalível: agitar a caixa de ração. Programado, o desencadeamento do reflexo é garantido: imediatamente *Raminagrobis* corre a toda velocidade. Semelhantemente, levar as populações pela ponta do nariz *como animais*, tal é aparentemente a solução-milagre que os gestores encontraram junto à ciência social norte-americana de ponta. Que, um dia, essa ciência faça do homem em geral seu *manipulandum*, Merleau-Ponty já tinha previsto há muito tempo⁵⁶.

3. No sentido inverso, imaginemos um dispositivo que, em vez de confiar em programações incumbidas de manipular as pessoas, usaria um procedimento de manipulação com vistas a permitir a realização subsequente de uma operação de ordem programática. Essa fórmula corresponde à forma arquetípica de uma armadilha⁵⁷.

Em sua variante a mais banal e a mais simples, uma armadilha é composta no mínimo por dois elementos. Para o pescador, estão, no fim de sua linha, 1º a minhoca, 2º o anzol. O primeiro, peça de carne viva e apetitosa, atua (apesar de si mesmo) no modo da manipulação: faz vir. É a isca – sintaticamente, o *atrator*. Cabe a ela iniciar o jogo. O segundo, peça de metal cujo poder é assegurado pelas leis imutáveis da mecânica, cumpre, ao contrário, sua função no modo de uma rigorosa programação. É o *imobilizador*. Cabe a ele encerrar o caso, pois é o mais

⁵⁵ Cf. J.-P. Petitimbert, “La duplicité du nudge: une variante manipulative de la programmation”, *Acta Semiotica*, I, 2, 2021.

⁵⁶ M. Merleau-Ponty, *L'œil et l'esprit* (1960), Paris, Gallimard (Folio essais), 2003, p. 12.

⁵⁷ Cf. “Pièges: de la prise de corps à la mise en ligne”, *Carte Semiotiche. Annali*, 4, 2016.

forte e, em uma interação programada, é de regra (ou como se diz, a “lei natural” “quer”) que o mais forte ganhe. O peixe, massa frágil e quantidade de energia reduzida, não tem qualquer chance de escapar uma vez que mordeu. Mas para ter controle programaticamente, em termos de relações de forças, sobre o peixe-objeto – para pegá-lo no anzol (programa principal) – era preciso primeiro (programa de uso) ter controle, de modo manipulatório, em termos de relações de sentido, sobre o peixe-sujeito, ou seja, “persuadi-lo” mediante a tentação, atraindo-o. Vê-se aqui que o peixe também é um “recalcitrante”: obedece a (ao menos) dois regimes.

2.4. Um teste: a transitividade

À medida que as análises se multiplicavam, uma questão de coerência se impôs: a da transitividade entre os resultados obtidos ao empregar o modelo para a descrição de campos conceituais ou interacionais diversos e distantes uns dos outros.

Em um estudo sobre a espacialidade, definimos a concepção particular do espaço que implica uma visão de mundo em termos de programação como sendo a de um “espaço tecido”⁵⁸. Alguns anos mais tarde, trabalhando sobre as formas da alteridade, associamos ao mesmo regime de programação uma concepção “assimiladora” das relações com o outro⁵⁹. Pode-se concluir que as políticas de assimilação remetem a uma forma de apreensão da espacialidade que faz da extensão um tipo de “tecido” contínuo e uniformemente quadriculado⁶⁰? E que, depois, esse espaço-tecido tem algo a ver com o “tempo contado” que, em um terceiro estudo voltando-se dessa vez sobre as concepções da temporalidade, pareceu-nos corresponder ao mesmo regime programático⁶¹? E assim sucessivamente. Esses resultados são homologáveis? Logicamente, deveria ser esse o caso. Mas na prática? A validade de tais homologações precisaria ser verificada bem de perto e, sem dúvida, sua justificativa passaria por longos desvios. A resposta, pois, só pode ser: sim, em princípio, mas isso permanecerá a estabelecer detalhadamente em caso por caso.

Na mesma ordem de ideias, uma coisa que, em todo caso, é certa, é a de que a superposição *a posteriori* de elipses ou de quadrados tirados de contextos diferentes e a tentativa de homologá-los é um exercício sempre arriscado. É, no entanto, uma prática da qual gostam os semioticistas inclinados ao ecumenismo. Tomar um quadrado de Floch, um de Zilberberg e

⁵⁸ “Régimes d’espace”, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 113, 2010; trad. port. “Regimes de espaço”, *Galáxia*, 2015.

⁵⁹ “Pour une grammaire de l’altérité”, *Acta Semiotica*, II, 5, 2023.

⁶⁰ Questão posta por M. Altamirano, *Patrimônio e alteridade nos centros urbanos*, tese, PUC-São Paulo, 2023.

⁶¹ “Etat d’urgence”, in AAVV, *Sens à l’horizon*, Limoges, Lambert-Lucas, 2019; trad. port. “Cronopolíticas”, *Acta Semiotica*, III, 6, 2023.

ainda um terceiro, bem ou mal escolhido, empilhá-los, tirar disso generalidades inéditas e surpreendentes mostrando que as respectivas problemáticas estão mais próximas do que se pensava, isso não carece de interesse, mas nada garante que os autores assim reduzidos a um presumido denominador comum ali se reconheceriam. O mesmo procedimento parece mais justificado quando a confrontação diz respeito a construções elaboradas por um mesmo autor, ou ao menos por autores teoricamente próximos. Em caso semelhante, o exercício talvez permita inclusive testar a solidez de um modelo: face a terrenos diferentes, ao que poderia levar? Sempre às mesmas conclusões? Isso testemunharia sua indigência ou sua trivialidade, por excesso de generalidade. Ou autoriza interpretações não somente compatíveis entre si, mas, além disso, mutuamente esclarecedoras? Se fosse esse o caso, mostraria que, embora articulado entorno de um núcleo duro e estável de coerência conceptual, o modelo admite suficientemente de maleabilidade para enriquecer a compreensão de realidades de ordens diversas – dito de outro modo, que ele pode servir a alguma coisa a mais que sua simples autoreprodução – o que é o mínimo para um dispositivo com “vocação científica”.

Tendo isso em mente, poder-se-ia imaginar reunir as diversas facetas da visão de mundo que implicam práticas programáticas em diversos domínios (espacial, temporal, veridictório, político etc.), em seguida fazer o mesmo a respeito das variações da visão manipulatória, e depois igual com os dois outros regimes⁶². Obter-se-ia outras tantas sínteses interdefinindo grandes concepções do mundo e os estilos de vida correspondentes. – Seria uma compilação a tentar? ou uma complicação inútil? – Disporíamos de um dispositivo ricamente investido de semantismos que juntaria uma carne ao esqueleto ao qual um modelo sintático, por definição, se reduz. Mas o risco previsível seria de não chegar a nada mais que uma taxonomia rígida e inevitavelmente redutora, no estilo psico-sociológico, enquanto, a nossos olhos, o interesse do presente modelo sob sua forma de simples rede de relações reside no seu dinamismo interno e seu caráter compreensivo. Longe de pretender limitar o campo das possibilidades a quatro fórmulas como o faria uma tipologia semântica fixada, a construção aqui proposta tira, a nosso ver, seu valor heurístico do fato de que, enquanto pura sintaxe de sintaxes, pode acolher a mais ampla gama de formas inéditas e de relações inesperadas. Portanto, deixaremos de lado a compilação em questão. Também em semiótica, acontece que o que pode num momento parecer um melhoramento seja na realidade o inimigo do bem.

⁶² É o que esboça abaixo, no anexo e sob forma telegráfica, a tabela na qual reunimos alguns entre os inumeráveis investimentos semânticos possíveis do modelo.

2.5. O modelo geral, seus princípios, suas variações

O título do ensaio publicado em 2005, “Les interactions *risquées*”, enfatizava o fato de que os regimes postos em relação estão todos “com risco”, tanto no plano interacional quanto no da significância. Essa insistência tinha várias razões. A principal é que um modelo fundado, como é o caso, na categoria */continuidade versus descontinuidade/* não pode deixar de atribuir um papel determinante ao acaso. É ele o produtor por excelência de descontinuidades onde quer que intervenha e, a esse título, é ele a fonte do risco puro que caracteriza o regime chamado, justamente por essa razão, de regime do acidente. O azar está sempre lá, actante coringa – *joker* – pronto a fazer falhar (ou a fazer ter exito, “milagrosamente”) qualquer programação, manipulação ou ajustamento. Ademais, além dos riscos de acidentes (felizes ou infelizes) que podem provir do contexto, toda interação está intrinsecamente submetida não apenas ao risco de fracasso, mas também ao risco, paradoxal, do sucesso⁶³. Isso significa que o risco não é apenas uma variável entre outras, que cada regime modularia a seu modo, mas uma dimensão essencial do modelo.

Daí, como frequentemente temos observado, a tendência a considerar que a presente construção é uma teoria do-*sentido-da-interação-e-do-risco*, tudo isso num único bloco como se esses três elementos estivessem no mesmo plano. Essa fórmula não é completamente injustificada, uma vez que aos quatro dispositivos sintáticos que o modelo põe em relação correspondem quatro “regimes de risco” (um risco quase nulo, ou “seguridade”, para a programação, um “risco limitado” para a manipulação etc.)⁶⁴. Entretanto, tal fórmula não é satisfatória, por duas razões. A primeira é que, ao mesmo tempo que quatro regimes “de risco”, o modelo permite distinguir muitos outros regimes não menos relevantes. Por exemplo – em relação com alguns dos campos que foram explorados – quatro regimes de espaço (um “espaço tecido”, para a programação, um “espaço rede” para a manipulação etc.), de temporalidade⁶⁵, de alteridade (e também de autorepresentação⁶⁶), de cientificidade (e de redação científica⁶⁷), de jogo e de esporte, de design, de verdade, de negócios, de produção agrícola, de gosto, de propagação na Internet, de estratégia militar, ou antipandêmica⁶⁸, sem esquecer quatro regimes

⁶³ Sobre isso, cf. *Interações arriscadas, op. cit.*, p. 64.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 100.

⁶⁵ “Regimes de espaço”, *art. cit.*; “Cronopolíticas”, *art. cit.*

⁶⁶ “Pour une grammaire de l’altérité”, *art. cit.*; P. Jevsejevas, “Their faces. Building the semiotic case of animal selfies”, *Punctum*, 4, 2, 2018.

⁶⁷ Cf. J.-P. Petitimbart, “Régimes de sens et logique des sciences”, *art. cit.*; id., “La sémiotique à l’épreuve de l’écrit: régimes rédactionnels et intelligibilité”, *Galáxia*, 2, 2020.

⁶⁸ Cf. respectivamente M. Dargent, “Sémiotique des pratiques sportives”, *Acta Semiotica*, III, 5, 2023; P. Demuru, “Malandragem vs Arte di arrangiarsi”, *Actes Sémiotiques*, 118, 2015; M. Scóz, “Por uma abordagem sociosemiótica do design de interação”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018; E. Landowski, “Les métamorphoses de la

heurísticos, conversacionais, sêmio-políticos e sêmio-econômicos, educacionais ou existenciais⁶⁹. Ademais, outros semioticistas, sem sempre se referir com todas as letras à lógica do modelo interacional, consideraram ainda outros regimes, concernentes, por exemplo, a formas da propriedade, da circulação dos bens ou da “mudança”. Depois de ter sido rejeitado durante decênios pelo *establishment* semiótico, o conceito de regime está agora na moda! Manar Hammad, por muito tempo um dos mais reticentes, explica-se em uma comunicação privada (em novembro de 2023):

A distinção de regimes de circulação dos objetos no espaço social se impõe como o melhor dispositivo descritivo. Eu me pergunto que outro termo teria podido utilizar se eu não o adotasse. Em Greimas, é o termo “*mode*” que teria sido implementado; “*mode*” assinala o caráter metalinguístico do descritor, mas não destaca o caráter dinâmico dos fenômenos qualificáveis como “*régime*”. A co-presença de muitos regimes de circulação dos objetos me põe a questão de suas relações mútuas, relações dinâmicas que se reuniriam aos caracteres descritivos que identifiquei.

A nosso ver, esse conceito é efetivamente indispensável para tratar da dinâmica das relações entre uma pluralidade de unidades que são elas próprias já sistemas de relações dinâmicas.

Todavia – e isso é a segunda razão pela qual a fórmula “teoria do-sentido-interação-e-risco” não nos parece convir –, diante dessa proliferação de regimes, uma distinção de níveis deve ser mantida se não quiser cair na vaguidão (o que forneceria de passagem um exemplo de “risco do sucesso”). Por uma parte, num primeiro nível, os princípios gerais – isto é, os princípios de interação (intencionalidade etc.) e de significância (distintividade etc.) – que fundam os quatro regimes de base (manipulação, programação, ajustamento, acidente-e) constituem os próprios elementos da gramática do sentido e da interação (ou do sentido na interação) que buscamos construir. São parte integrante da modelização, são sua substância. Fora deles, não haveria nem modelo interacional nem gramática do sentido. Por outra parte, é num nível hierarquicamente inferior que nós colocamos ao tratar não mais dos regimes de sentido e/ou de interação enquanto matrizes sintáticas do modelo, mas, mais especificamente, de regimes *de espaço, de temporalidade, de verdade* etc., ou mesmo *de risco*.

vérité”, *Acta Semiotica*, II, 3, 2022; A. Catellani, “L’entreprise responsable”, *Actes Sémiotiques*, 120, 2018; G. Grignaffini, “Per una sociosemiotica del giardinaggio”, *Acta Semiotica*, I, 1, 2021; id., “Dire il gusto, ma in che chiave?”, *Actes Sémiotiques*, 123, 2020; Y. Fechine, “Une sémiotique de la propagation : invention et imitation sur les réseaux sociaux”, *Actes Sémiotiques*, 121, 2018; “A qui perd gagne”, *Interactions risquées*, p. 47 sq.; F. Sedda, “Il virus, gli statí, i collettivi: interazioni semiopolitiche”, *E/C*, 2020.

⁶⁹ J.-P. Petitimbert e E. Landowski, “Risky heuristics”, in AAVV, *Semiotics and its Masters*, Berlin, de Gruyter, 2023; D. Barros, “Régimes de sens et d’interaction dans la conversation », *art. cit.*; E. Landowski, “Politiques de la sémiotique”, *art. cit.*; id., “Regimes de sentido e formas de educação”, *EntreLetras*, 7, 2, 2016; id., “Honoris causa”, *Actes Sémiotiques*, 112, 2009; P. Jevsejevas, “Loving nature”, *Actes Sémiotiques*, 123, 2020.

As especificidades desses regimes não fazem parte da articulação propriamente dita do modelo, nem o determinam. Ao contrário, a maneira com que elas se articulam decorre – depende – dele. Os princípios de significância e de interação que interdefinem os quatro regimes de base formam de fato um sistema conceptual suficientemente coerente e preciso (ao menos segundo nosso entendimento) para permitir analisar as concepções e as práticas do espaço, do tempo e de muitas outras dimensões do ser no mundo, inclusive a do risco. Mas essa relação de dependência é a senso único: no outro sentido, a análise das diversas maneiras com que as visões e as práticas do espaço, do tempo, da verdade etc. se articulam à luz do modelo não leva a apreender princípios gerais que valeriam para todos os outros campos. Tais análises podem certamente esclarecer certos aspectos do modelo mas não engendram novos princípios gerais que o modificariam. O risco não é exceção a esse respeito.

Isso equivale simplesmente a sublinhar que, como para toda gramática, uma diferença de nível separa, por um lado, os princípios constitutivos do presente modelo – princípios invariantes até que um eventual redesenho global da teoria se imponha – e, por outro, as variações que ele permite prever ou explicar quando dele se serve para dar conta de um campo particular.

Conclusão

É próprio a um modelo articular configurações unitárias e puras. Mas, “até hoje, houve bem poucas semióticas modalizantes”, observa Anna Maria Lorusso⁷⁰. Está aqui, no entanto, um exemplo, ou, em todo caso, uma tentativa. Começamos por definir com tanta precisão quanto possível os constantes sintáticos próprios a cada um dos regimes que compõem essa gramática, e a sintaxe geral que os relaciona. Depois, à medida que as análises se multiplicaram, tudo isso teve que ser modulado, completado, complexificado e afinado (e não, como se ouve frequentemente dizer, “flexibilizado”⁷¹).

A principal contribuição de todo esse empreendimento é, a nosso ver, ter estabelecido, em termos semióticos, a possibilidade de um novo regime de relações com “o outro” (sob todas as suas formas encontráveis) num mundo confrontado com as mais graves ameaças e, por isso mesmo, no qual se vive uma crise do sentido sem precedente desde a última guerra mundial⁷².

⁷⁰ A.M. Lorusso, « Sur les tâches et les méthodes de l'entreprise sémiotique », *Actes Sémiotiques*, 123, 2020, p. 9.

⁷¹ Cf. “Complexifications interactionnelles”, p. 50-52.

⁷² Cf. J.-P. Petitimbert, “Mehr Licht!”, *Acta Semiotica*, III, 5, 2023.

Disso procede a urgência de uma ecologia do sentido⁷³. Pois os princípios de uma dinâmica interacional que visa, em todos os planos, a realização mútua dos parceiros por ajustamento recíproco vem ao encontro do que constitui o problema maior de nosso tempo, a saber a necessária invenção de uma outra relação com o mundo, sob pena de catástrofes em primeiro lugar de ordem climática. A primeira exigência seria portanto, para nós semioticistas, passar da promessa teórica à implementação prática procurando, em conjunto com os antropólogos⁷⁴, a maneira de concretizar a lógica da união e a sintaxe do ajustamento, não apenas no plano das relações sociais, mas também, ou antes de tudo (sabendo que um não vai sem o outro) face ao que se chamava antes a “natureza”⁷⁵. Se a semiótica se levasse a sério, ela desempenharia um grande papel nesse terreno, ao menos como interlocutora de todo cidadão em busca de sentido.

Anexo – Alguns investimentos semânticos

	<i>Programação</i>	<i>Ajustamento</i>	<i>Acidente</i>	<i>Manipulação</i>
Tipos de universo ⁷⁶ :	<i>Cosmos</i>	<i>Oikos</i>	<i>Chaos</i>	<i>Logos</i>
Regimes de risco ⁷⁷ :	A segurança.	A insegurança.	O risco puro.	O risco limitado.
Regimes de verdade ⁷⁸ :	As verdades provadas (demonstração).	A verdade experimentada (contágio).	A verdade desvelada (revelação).	As verdades consensuais (negociação).
Regimes de alteridade ⁷⁹ :	O outro visto como idêntico	O outro visto como	O outro visto como	O outro visto como similar

⁷³ Cf. “Petit manifeste sémiotique”, *Actes Sémiotiques*, 120 (*Sémiotique et engagement*), 2017.

⁷⁴ Cf. E. Landowski, “Une rencontre imprévue”, *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Avec les anthropologues et aussi quelques juristes. Cf. M.-A. Hermitte, “Artificialisation de la nature et droit(s) du vivant”, in Ph. Descola (éd.), *Les natures en question*, Paris, Odile Jacob, 2018 ; P. Brunet, “Vouloir pour la nature. La représentation juridique des entités naturelles”, *Journal of Interdisciplinary History of Ideas*, 8, 15, 2019.

⁷⁵ Cf. Cl. Calame, “Pour une sémiotique écosocialiste des relations de l’homme avec son environnement: *phúsis* et *tékhnai*”, *Acta Semiotica*, III, 6, 2023.

⁷⁶ E. Landowski, colloque *Metamind’2014, The Order in Destruction and the Chaos of Order*, Riga, septembre 2014.

⁷⁷ *Interactions risquées*, op. cit.

⁷⁸ “Les métamorphoses de la vérité”, art. cit.

⁷⁹ “Pour une grammaire de l’altérité”, art. cit.

	a si (assimilação).	simplesmente outro (cocriação).	totalmente outro (exclusão).	a si (admissão).
Regimes de espaço ⁸⁰ :	Espaço-tecido: espaço operatório do domínio sobre as coisas.	Espaço-voluta: espaço experimentado pelo movimento dos corpos.	Espaço-abismo: espaço existencial da presença no mundo.	Espaço-rede: espaço convencional da circulação dos valores.
Regimes de temporalidade ⁸¹ :	O tempo rentabilizado: os ativos organizados (A formiga).	O tempo dispensado: os intermitentes disponíveis (A cigarra)	O tempo realizado: os inativos pacientes (O carrapato)	O tempo dilapidado: os hiperativos sobrecarregados (A mosca)
Regimes pedagógicos ⁸² :	Dogmatismo: um saber certo.	Interacionismo: um saber em ato.	Maiêutica: um saber em questão.	Pragmatismo: um saber útil.
Regimes conversacionais ⁸³	A recitação.	A interpelação.	A exclamação.	A interrogação.
Regimes redacionais ⁸⁴	O psitacismo: imitar seu público leitor.	O aticismo: sensibilizar seus leitores.	O autismo: ignorar seu público leitor.	O acribismo: esclarecer seus leitores.
Regime de escrita ⁸⁵	O já escrito.	A escritura (no sentido barthesiano).	O indizível.	A prosa do mundo.
Regimes de obtenção dos objetos ⁸⁶ :	A fabricação.	A criação.	O dom e o roubo.	A troca.
Regimes políticos ⁸⁷ :	Totalitarismos.	Democracia direta, ou demagogia.	Absolutismos.	Democracia representativa.
Regimes	Economia	Economia	Economia	Economia

⁸⁰ “Régimes d’espace”, *art. cit.*

⁸¹ “Etat d’urgence”, *art. cit.*

⁸² “Regimes de sentido e formas de educação”, *art. cit.*

⁸³ *Interactions risquées, op. cit.*, pp. 82-83 ; D. Barros, “Les régimes de sens et d’interaction dans la conversation”, *art. cit.*

⁸⁴ J.-P. Petitimbert, “La sémiotique à l’épreuve de l’écrit”, *art. cit.*

⁸⁵ E. Landowski, “Unità del senso, pluralità di regimi”, in AAVV, *Narrazione ed esperienza*, Rome, Meltemi, 2007.

⁸⁶ “Politiques de la sémiotique”, *art. cit.*

⁸⁷ *Ibid.*

econômicos ⁸⁸ :	planificada.	solidária.	desregulada.	contratual.
Regimes epistêmicos ou “ontologias” conforme Ph. Descola ⁸⁹ :	“Naturalismo”	∅	“Analogismo”	“Animismo” e “Totemismo”.
Regimes teológicos ⁹⁰ :	Comovido pela oração, Deus se faz adjuvante.	Parceiro da interação, Deus se faz <i>alter ego</i> do sujeito.	Destinador juiz, Deus distribui arbitrariamente suas graças.	Destinador mandatário, Deus se deixa manipular.
Regimes de relação com a transcendência, conforme Y. Lotman ⁹¹ :	“Curvar-se à necessidade”	∅	“Remeter-se a” uma instância transcendente.	“Concluir um pacto”.
Regimes amorosos, em Fr. Jullien ⁹²	O “conforto”, o <i>habitus</i> .	A “intimidade” do ser junto.	O “adiar” para além.	O “amor” como projeto.
Regimes tabágicos ⁹³ :	Fumar por adição: o tabaco, um narcótico.	Fumar pelo gosto: o tabaco, uma experiência estética.	Fumar ocasionalmente: a cigarete, um hobby.	Fumar por conformismo: a cigarete, um cosmético.

Obras citadas

ADDIS, Cristina; SPARTI, Davide. “Estetiche del aggiustamento. Spazio, movimento, corpi”. *Acta Semiotica*, II, 3, 2022. Disponível em: <http://actasemiotica.com/index.php/as/32022estetichedellaggiustamento> Acesso 30 dez. 2022

ALTAMIRANO, Micaela. *Sentidos da diversidade em São Paulo e Lisboa: patrimônio e alteridade nos centros urbanos*. 2023. 343p. Tese (Doutorado em Estudos Culturais). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica; Universidade do Minho, 2023. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/89010>

BARROS, Diana Luz Pessoa de. “Les régimes de sens et d’interaction dans la conversation”. *Actes Sémiotiques*, n. 120, 2017. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5713>

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ Ph. Descola, *Par-delà nature et culture*, Paris, Gallimard, 2005. “Une rencontre imprévue”, *art. cit.*

⁹⁰ J.-P. Petitibert, “Prière et Lumière”, *Actes Sémiotiques*, 118, 2015.

⁹¹ Y. Lotman, *Sémiotique de la culture russe*, *op. cit.* “Shikata na gai”, *art. cit.*

⁹² Fr. Jullien, *De l’Être au Vivre*, Paris, Gallimard, 2015, pp. 235-236. “Une rencontre imprévue”, *art. cit.*, n. 40.

⁹³ E. Landowski, “Pour une sémiotique du goût”, *Actes Sémiotiques*, 122, 2019.

- BOURDIEU, Pierre. “Postface” a P. Rabinow. *Un ethnologue au Maroc* (1977). Trad. Paris, Hachette, 1988.
- BRANDT, Per Aage. “Sens et machine. Vers une techno-sémiotique”. *Actes Sémiotiques*, n. 121, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6122>
- BRUNET, Pierre. “Vouloir pour la nature. La représentation juridique des entités naturelles”. *Journal of Interdisciplinary History of Ideas*, v. 8, n. 15, 2019.
- CALAME, Claude. “Pour une sémiotique écosocialiste des relations de l’homme avec son environnement: *phúsis* et *tékhnai*”. *Acta Semiotica*, III, 6, 2023. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/62023pourunesemiotique> Acesso em 30 dez. 2023
- CARDON, Rémi et al. “Entre Jouzel et Pouyanné, l’Etat doit choisir”. *Le Monde*, 14 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2023/09/13/entre-jouzel-et-pouyanne-la-puissance-publique-doit-choisir_6189107_3232.html
- CATELLANI, Andrea. “L’entreprise responsable et ses parties prenantes entre manipulation et co-construction de sens”. *Actes Sémiotiques*, 120, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5936>
- CERIANI, Giulia, *Inversioni. Senso dell’insensato*. Rome: Meltemi, 2024.
- CERVELLI, Pierluigi. “Fallimenti della programmazione e dinamiche dell’aggiustamento”. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de (org.). *As interações sensíveis*. São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2013.
- CERVELLI, Pierluigi. “La comunicazione politica populista : corpo, linguaggio e pratiche di interazione”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6017>
- DARGENT, Marin. “Sémiotique des pratiques sportives”. *Acta Semiotica*, III, 5, 2023. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/52023semiotiquedespratiques> Acesso em 30 dez. 2023
- DEMURU, Paolo. “Malandragem vs Arte di arrangiarsi”. *Actes Sémiotiques*, 118, 2015. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5466>
- DEMURU, Paolo. “Between Accidents and Explosions”. *Bakhtiniana*, 15, 1, 2020. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/bak/a/nSKSFPDyxrztjtbPqjhDvVc/?format=html>
- DEMURU, Paolo; SEDDA, Franciscu Sedda. “Da cosa si riconosce il populismo. Ipotesi semiopolitiche”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5963>
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris : Gallimard, 2005.
- FECHINE, Yvana. “Pour une sémiotique de la propagation : invention et imitation sur les réseaux sociaux”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5953>
- FECHINE, Yvana. “Passions et présence dans le populisme numérique brésilien”. *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6545>
- FECHINE, Yvana. “Uma dinâmica interacional complexa”. *Acta Semiotica*, I, 1, 2021. Disponível em: <http://actasemiotica.com/index.php/as/12021dinamicainteracional> Acesso em 30 ago. 2021
- FECHINE, Yvana; DEMURU, Paolo. *Um bufão no poder*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento,

2022.

FONTANILLE, Jacques. “La coopérative, alternative sémiotique et politique. Des organisations comme laboratoires de sémiotique expérimentale”. *Actes Sémiotiques*, 122, 2019.

FONTANILLE, Jacques. “Esquisse d’une sémiotique du changement”, *Acta Semiotica*, III, 6, 2023. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/64710> Acesso em 30 dez. 2023

FONTANILLE, Jacques ; ZILBERBERG, Claude. *Tension et signification*. Liège : Mardaga, 1998.

GREIMAS, Algirdas Julien. “La soupe au pistou ou la construction d’un objet de valeur”. *Actes Sémiotiques-Documents*, I, 5, 1979 (reed. in *Du sens II*, Paris, Seuil, 1983).

GREIMAS, Algirdas Julien. *De l’Imperfection*, Périgueux, Fanlac, 1987.

GREIMAS, Algirdas Julien ; COURTÈS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris : Hachette, 1979.

GRIGNAFFINI, Giorgio. “Dire il gusto, ma in che chiave?” *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6293&file=1/>

GRIGNAFFINI, Giorgio. “Appunti per una sociosemiotica del giardinaggio”. *Acta Semiotica*, I, 1, 2021. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/12021appuntiperunasociosemiotica> Acesso em 30 ago. 2021

GRIGNAFFINI, Giorgio. “Intelligenza Artificiale e intersoggettività”. *Acta Semiotica*, IV, 7, 2024. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/72024intelligenzaartificiale> Acesso em 30 dez. 2024

HAMMAD, Manar. “Régimes anciens de la terre”. *Actes Sémiotiques*, 117, 2014. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5247>

HAMMAD, Manar. “Des choses et des hommes : les prémices de la propriété des objets”. *Acta Semiotica*, III, 6, 2023. Disponível em : <https://actasemiotica.com/index.php/as/62023deschosesetdeshommes> Acesso em 30 dez. 2023

HERMITTE, Marie-Angèle, “Artificialisation de la nature et droit(s) du vivant”. In : DESCOLA, Philippe (éd.). *Les natures en question*. Paris : Odile Jacob, 2018.

JEVSEJEVAS, Paulius. “Their faces. Building the semiotic case of animal selfies”. *Punctum*, 4, 2, 2018. Disponível em : <https://epublications.vu.lt/object/elaba:46237454/index.html>

JEVSEJEVAS, Paulius. “Interlude. Loving nature”. *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6437>

JULLIEN, François. *Un sage est sans idées. Ou l’autre de la philosophie*. Paris : Seuil, 1998.

JULLIEN, François. *Les transformations silencieuses*. Paris : Grasset, 2009.

JULLIEN, François. *De l’Être au Vivre. Lexique euro-chinois de la pensée*. Paris : Gallimard, 2015.

KHARBOUCH, Ahmed. « Manipulation et contagion : le discours ambivalent du populisme politique ». *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5982&file=1/>

LA BOETIE, Etienne de. *Discours de la Servitude volontaire*, 1574-1576.

- LANDOWSKI, Eric. *La Société réfléchie*. Paris : Seuil, 1989.
- LANDOWSKI, Eric. “Viagem às nascentes do sentido”. In: SILVA, Inácio Assis (org.). *Corpo e sentido*. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- LANDOWSKI, Eric. *Passions sans nom*. Paris : P.U.F., 2004.
- LANDOWSKI, Eric. *Les interactions risquées*. Limoges : Pulim, 2005 (trad. esp. 2009, ital. 2010, port. 2014, lith. 2015).
- LANDOWSKI, Eric. “Unità del senso, pluralità di regimi”. In: AAVV, *Narrazione ed esperienza*: Rome: Meltemi, 2007.
- LANDOWSKI, Eric. “L’épreuve de l’autre”. *Sign Systems Studies*, 34, 2, 2008. Disponível em : <https://ojs.utlib.ee/index.php/sss/article/view/SSS.2006.34.2.03>
- LANDOWSKI, Eric. “Honoris causa”. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 112, 2009. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/2885>
- LANDOWSKI, Eric. *Avoir prise, donner prise*. Limoges : Pulim, 2009.
- LANDOWSKI, Eric. “Assentiment”, in D. Ablali (éd.). *Vocabulaire des études sémiotiques*, Paris : Champion, 2009.
- LANDOWSKI, Eric. “Régimes d’espace”. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 113, 2010. Disponível em : https://www5.pucsp.br/cps/downloads/biblioteca/2016/landowski__e__regimes_d_espace__pdf
- LANDOWSKI, Eric. “Shikata na gai ou Encore un pas pour devenir sémioticien !”, *Lexia*, 11-13, 2012. Disponível em : https://www5.pucsp.br/cps/downloads/biblioteca/shikata_eric.pdf
- LANDOWSKI, Eric. “A quoi sert la construction de concepts ?” *Actes Sémiotiques*, 117, 2014. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5054>
- LANDOWSKI, Eric. “Pièges : de la prise de corps à la mise en ligne”. *Carte Semiotiche. Annali*, 4, 2016.
- LANDOWSKI, Eric, “Regimes de sentido e formas de educação”, *EntreLetras*, 7, 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/3201>
- LANDOWSKI, Eric. “Petit manifeste sémiotique”. *Actes Sémiotiques*, 120 (*Sémiotique et engagement*), 2017. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5823&file=1/>
- LANDOWSKI, Eric. “Populisme et esthésie”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6021&file=1/>
- LANDOWSKI, Eric. “Politiques de la sémiotique”. *Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio*, 13, 2, 2019. Disponível em: <https://rifl.unical.it/index.php/rifl/article/view/542>
- LANDOWSKI, Eric. “Etat d’urgence”. In : AAVV, *Sens à l’horizon*. Limoges : Lambert-Lucas, 2019.
- LANDOWSKI, Eric. “Pour une sémiotique du goût”. *Actes Sémiotiques*, 122, 2019. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6237>
- LANDOWSKI, Eric. “Une rencontre imprévue”. *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6529>
- LANDOWSKI, Eric. “Critique sémiotique du populisme”. *Punctum*, VI, 2, 2020. Disponível em : <https://punctum.gr/volume-06-issue-02-2020-semiotics-of-political->

communication/2020-0026/

LANDOWSKI, Eric. “Complexifications interactionnelles”. *Acta Semiotica*, I, 2, 2021. Disponível em : <https://actasemiotica.com/index.php/as/22021presentationcomplexifications> Acesso em 30 dez. 2021

LANDOWSKI, Eric. “Les métamorphoses de la vérité, entre sens et interaction”. *Acta Semiotica*, II, 3, 2022. Disponível em : <https://actasemiotica.com/index.php/as/32022metamorphoses> Acesso em 31 dez. 2022

LANDOWSKI, Eric. “Pour une grammaire de l’altérité”. *Acta Semiotica*, III, 5, 2023. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/52023pourunegrammaire> Acesso em 30 dez. 2023

LANDOWSKI, Eric. “Actualité et barbarie”. *Acta Semiotica*, III, 6, 2023. Disponível em: <http://actasemiotica.com/index.php/as/62023actualite> Acesso em 30 dez. 2023.

LEONE, Massimo. “De l’insignifiance”. *Actes Sémiotiques*, 119, 2016. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5641>

LORUSSO, Anna Maria. “Sur les tâches et les méthodes de l’entreprise sémiotique”. *Actes Sémiotiques*, 123, 2020. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6435>

LOTMAN, Youri, “Deux modèles archétypes de culture: ‘conclure un pacte’ et ‘s’en remettre à autrui’ ”. In : LOTMAN, Youri ; USPENSKY, Boris. *Sémiotique de la culture russe*. Lausanne : L’âge d’Homme, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *L’œil et l’esprit* (1960). Paris : Gallimard (Folio Essais), 2003.

MOUTAT, Audrey. “Robotique humanoïde et interaction sociale”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6132>

NASTOPKA, Kestutis. “La nécessité et l’accident selon Greimas et Lotman”. In : Migliore, T. (éd.), *Incidenti ed esplosioni. A.J. Greimas, J.M. Lotman per una semiotica della cultura*. Rome: Aracne, 2010.

PADOAN, Tatsuma. “Recalcitrant Interactions ». *Acta Semiotica*, 1, 2, 2021. Disponível em: <https://actasemiotica.com/index.php/as/22021recalcitrantinteractions> Acesso em 30 dez. 2021

PERUSSET, Alain. “L’expérience au coeur du marketing postmoderne”. *Acta Semiotica*, I, 2, 2021. Disponível em : <https://actasemiotica.com/index.php/as/22021lexperienceaucoeur> Acesso em 30 dez. 2021

PETITIMBERT, Jean-Paul. “Prière et Lumière. Lecture d’une pratique et d’une interaction: l’hésychasme orthodoxe”. *Actes Sémiotiques*, 118, 2015. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5490>

PETITIMBERT, Jean-Paul. “Régimes de sens et logique des sciences. Interactions socio-sémiotiques et avancées scientifiques”. *Actes Sémiotiques*, 120, 2017. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/5914>

PETITIMBERT, Jean-Paul. “*Amor vacui*. Le design d’objets selon MUJI”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6118>

PETITIMBERT, Jean-Paul. “La sémiotique à l’épreuve de l’écrit : régimes rédactionnels et intelligibilité”. *Actes Sémiotiques*, 117, 2020, censurado — réed. *Galáxia*, 2, 2020. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/gal/a/rgrB3hq5BytmsFckz9MJ38d/>

PETITIMBERT, Jean-Paul. “La duplicité du nudge : une variante manipulatoire de la programmation”, *Acta Semiotica*, I, 2, 2021.

PETITIMBERT, Jean-Paul. “Mehr Licht !”. *Acta Semiotica*, III, 5, 2023.

PETITIMBERT, Jean-Paul. “Commercial Semiotics : the structuralist (vs culturalist) perspective”, *Acta Semiotica*, IV, 7, 2024.

PETITIMBERT, Jean-Paul. “Brand identity in the digital age : complexity and contradiction”. *Acta Semiotica*, IV, 7, 2024. Disponível em : <http://actasemiotica.com/index.php/as/72024brand> Acesso em 30 dez. 2024

PETITIMBERT, Jean-Paul ; LANDOWSKI, Eric. “Risky heuristics” ; In : AAVV, *Semiotics and its Masters*, Berlin, de Gruyter, 2023.

RABINOW, Paul. *Un ethnologue au Maroc* (1977), trad. Paris, Hachette, 1988.

SCÓZ, Murilo. “Por uma abordagem sociosemiótica do design de interação”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6075>

SEDDA, Franciscu. “Intersezione di linguaggi, esplosione di mondi. Una rima fondativa fra l’ultimo Lotman e il primo Greimas”. *E/C*, 2008.

SEDDA, Franciscu. “Il virus, gli stati, i collettivi : interazioni semiopolitiche”. *E/C*, 2020.

SEDDA, Franciscu; DEMURU, Paolo. “La rivoluzione del linguaggio social-ista: umori, rumori, sparate, provocazioni”. *Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio*, 13, 1, 2019. Disponível em: <https://www.rifl.unical.it/index.php/rifl/article/view/543>

STERNE, Laurence. *A Sentimental Journey through France and Italy* (1768). Harmondsworth : Penguin, 1938.

TSALA, Didier. “Le robot androïde de Steven Spielberg”. *Actes Sémiotiques*, 121, 2018. Disponível em : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6067>

WEINBERG, Steven. *Les trois premières minutes de l’Univers*. Paris : Seuil, 1978.

Recebido em 14 de abril de 2025.

Aceito em 21 de julho de 2025